

Escola Politécnica da Bahia: um projeto a luz para a “modernidade” na Bahia Republicana¹

Emiliano Côrtes Barbosa²

Neste ensaio, procuraremos apontar, por meio de discursos, os projetos e visões de mundo dos engenheiros fundadores na Escola Politécnica da Bahia – doravante EPBA - que tenderam a divulgar. Alguns agentes que fundaram e se graduaram na EPBA se tornaram grandes personalidades no cenário político e intelectual, tanto na Bahia quanto no Brasil. Uma instituição de ensino formadora de engenheiros, criada e administrada por uma agência composta por agentes encampados na sociedade civil e sociedade política, situação que nos traz a luz as estratégias das frações da classe média urbanas preocupadas em alcançar representatividade e, a partir daí, inscrever seus projetos de “visão de mundo”. Portanto, diante desta constatação, podemos então perceber um claro projeto ideológico em curso em detrimento de um projeto discernido pelas velhas frações conservadoras baianas, baseado na economia monocultora escravocrata para exportação.

1 – Um “projeto” para a modernidade: origens históricas

Ao final do século XIX, a capital baiana se apresentava como um dos maiores centros urbanos do Brasil. Além de sede do centro político-administrativo, Salvador era, ao mesmo tempo, capital de um estado complexo e dotado de características distintas no que tange a suas fronteiras regionais³. Mesmo não experimentando a dinâmica e as transformações sucedidas nos estados do centro-sul do país, a Bahia, no norte-nordeste

¹ Este artigo é parte modificada e resumida do capítulo 3 de minha dissertação de mestrado intitulada: Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação na Bahia republicana 1896-1920. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 2010.

² Mestre pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

³ Mesmo Salvador sendo a sede do governo baiano, vale destacar que a Bahia tem diversas regiões com características bem próprias, seja na política ou na economia. Lembramos que a Bahia tem uma sociedade dotada de variadas peculiaridades no que diz respeito às frações dominantes destas distintas regiões. Ex: Região de Lavras de Diamantina, o sul, com destaque para Ilhéus e Itabuna. Cf: PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

se destacou pela produção de alguns artigos tropicais⁴ voltados para exportação. Logo, estes artigos se integravam na pauta da estrutura capitalista internacional, o que lhe assegurava, *grosso modo*, uma peculiar condição: a possibilidade de estar inserido na rede de intercâmbio agromecantil contínuo com os mercados mundiais, tendo ainda a possibilidade de tornar-se alvo de investimentos para o grande capital estrangeiro.

Pelo porto de Salvador se fazia o escoamento da produção do agrocomercio, sendo um dos primeiros a operar no Brasil, cuja demanda só era superado pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos (SAES, 2010: 24). De contra partida, as carências e deficiências regionais de produção de subsistência e de bens de consumo industrializados alimentavam e impulsionavam o fluxo das importações. Estes fatores promoveram os limites para uma expansão do comércio e a formação de uma nova fração de classe, que ao final do período imperial já barganhava representatividade nas instituições de classe na sociedade civil, em todos os seus níveis e ramos (SAES, 2010: 23). Percebe-se esse novo *status* da sociedade baiana quando fazemos o levantamento dos sócios das principais entidades de classe da Bahia, ao final do Império e todo o período da Primeira República⁵.

Os tradicionais grupos ligados aos latifúndios escravistas e a economia açucareira, haviam se transformado em proprietários de uma forma de exploração bastante ultrapassada, se compararmos com o novo padrão de desenvolvimento econômico internacional. Os novos setores sócio-econômicos em ascensão - ou mesmo os velhos grupos que necessitavam de uma nova configuração - precisavam revigorar suas relações com o atual cenário local e internacional, o que implicava a imperiosa valorização de um ambiente eminentemente urbano.⁶ Para nossas análises sobre tal

⁴ Destaque para a lavoura fumageira, cacaueteira, cafeeira e açucareira. Cf: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

⁵ Destacamos a presença significativa de agentes ligados ao agrocomercio nas entidades de classe já em meados da segunda metade do século XIX ainda sob a égide Imperial. Instituições como: Imperial Instituto Baiano de Agricultura – IIBA, Associação Comercial da Bahia – ACBA e já sob o regime republicano a Sociedade Baiana de Agricultura – SBA e Instituto Politécnico da Bahia com uma menor representatividade.

⁶ A partir do século XVIII, a velha sociedade colonial pertencente às premissas do Antigo Regime, caracterizado pelo “*absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial*” ao possibilitar uma ampla acumulação de capital nas mãos da classe empreendedora e ao expandir crescentemente os mercados para os produtos manufaturados, criou-se os indícios para sua própria superação, galgando caminhos para a ascensão do capitalismo moderno, ou seja, o produto mais franco da Revolução Industrial. NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise

configuração histórica, empregaremos os conceitos de “classes sociais” e “poder político” do teórico Nicos Poulantzas (POULANTZAS, 1977), na perspectiva apropriada por Renato Perissinotto (PERISSINOTTO, 1994) e Alexandre M Saes (SAES, 2010). Para os autores, as disputas entre as frações de classes e as relações sociais, expostas e citadas no parágrafo anterior, são evidenciadas no campo da política econômica.

Contudo, Poulantzas nos diz: “a formulação da política econômica de Estado é um campo de luta onde se decide questões centrais relativas aos interesses de classe, e a sua resultante reflete a relação de forças entre as frações dominantes” (POULANTZAS, 1977:27).

Logo, foi nessa diferenciação que se iniciariam os conflitos e a edificação de diferentes planos econômicos, vinculados normalmente aquele grupo que desempenhava a função de fração hegemônica, por já se encontrarem inseridos na sociedade política, ocupando variados cargos em agências e em instituições públicas; constituindo uma unidade dentro do conflito (PERISSINOTTO, 1994: 25). É a partir daí que o Estado através destes agentes se investe de um projeto de visão de mundo, passando assim a divulgá-lo como um consenso. Assim nos diz Perissinotto:

O bloco de poder representa uma unidade, mas não uma unidade monolítica e homogênea. Ao contrário, uma unidade complexa e conflituosa, todavia com um elemento dominante. É este último que, por ser dominante, assegura a unidade do bloco no poder, através do controle do aparelho estatal que concentra o poder de Estado, e se constitui na fração hegemônica (PERISSINOTTO, 1994: 26).

Portanto, as variantes evidenciadas no bloco no poder dessa sociedade em mutação nos permitem reconhecer e apontar as “frações autônomas de classe” (SAES, 2010: 8). Frações estas que mantêm entre si uma relação continua de conflito, subordinação e, ao mesmo tempo, consenso. Para melhor entendimento das relações entre as frações dominantes e sua respectiva ordem e subordinação em um dado *status quo*, é necessário precisar dois momentos. Para o primeiro, é indispensável identificar

do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979, p.66. A Crise do Antigo Sistema Colonial desencadeou e reproduziu uma nova situação para o Brasil no mercado internacional, a autonomia “independência” política, e conseqüentemente, a formação de novas frações de classe. Acreditamos que a transição para o século XX, a transformação do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista no plano mundial, é outro importante momento de inflexão para a economia e política no Brasil, forçando uma mudança no *status quo*, confirmado, portanto, com a própria Proclamação da República, cujo resultado, depois de um período de transição, foi à emergência de novas frações dominante no Brasil e no nosso caso específico a Bahia.

qual seria a “fração” investida do poder hegemônico, isto é, a fração cujos interesses passam a ser atendidos de modo prioritário pelo Estado. No segundo, o Estado passando a congregar variadas informações, operacionalizar e propagandear insistentemente projetos desta fração, e ao mesmo tempo sua própria reprodução pelo Estado.

E neste período de mudanças no contexto internacional, que a estrutura voltada para o capitalismo concorrencial foi gradativamente dando lugar ao capitalismo monopolista, que se expandia devido aos frutos da expansão da Segunda Revolução Industrial para os países da periferia (SAES, 2010: 20). No contexto nacional, já eram dados os limites de ruptura, desencadeando o passo inicial para a dinamização dos elementos necessários para a formação de uma economia estritamente capitalista, que ao entrar na última década do século XIX, novos grupos entrariam em conflito pelo controle do Estado brasileiro (SAES, 2010: 21). Entre os principais grupos, destacamos a grande burguesia cafeeira, que em sintonia com o grande capital estrangeiro, passam a ditar as regras na elaboração das políticas públicas e econômicas (SAES, 2010: 22).

Segundo Perissinotto, dois grupos agiram com mais influência dentro das decisões estatais: primeiro, o grande capital cafeeiro que assumia papel decisivo na produção e reprodução do capital, além de assumir o papel de fração hegemônica no poder local – São Paulo -, subordinando os interesses regionais a interesses nacionais⁷.

No esteio da política nacional, a fração dominante que assumiu em um dado momento a hegemonia no bloco de poder no decorrer das primeiras décadas da Primeira República foi o “grande capital”. Era o grande capital cafeeiro o mais preponderante, financeiramente e politicamente, apesar de meados dos anos de 1910, outras frações representadas pela Sociedade Nacional de Agricultura - SNA e suas confederadas já galgavam representação nas agências do poder público, mas essa é outra história (MENDONÇA, 1998). Entretanto, de maneira geral os interesses do grande capital dos mais diferentes estados – inclusive na Bahia pós 1912 (SANTOS, 1989) - eram reafirmados por meio do caráter agromercantil da economia nacional.

⁷ PERISSINOTTO, Op. Cit. Capítulo 3. Informamos que o “capital comercial na Bahia” originário das atividades agrícolas, mas que se difundiu para outras atividades como o alto comércio – exportação/importação –, através da Associação Comercial da Bahia - ACBA faz prática de uma política protecionista, contra a entrada do grande capital estrangeiro, no entanto, está ação se desmorona com a ascensão de JJ Seabra, quando ocorreu a implementação de políticas claras para a entrada do grande capital estrangeiro. Cf. SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um grupo de Pressão*. Salvador: Bahia, 1989.

Diante deste quadro, o “grande capital” se expressa, por sua vez, como impulsionador da formação de frações-médias urbanas identificadas em lançar-se no processo de modernização, cujo objetivo era incorporar as inovações – principalmente criar a necessidade de padrões de consumo – advindas efetivamente da Segunda Revolução Industrial, em curso na Europa a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, essas novas frações de caráter urbano regionais sustentavam suas bases econômicas, principalmente, pelos negócios urbanos. Indiferentemente das preocupações peculiares de cada região, esses grupos urbanos de maneira geral se empenhavam em defender políticas e programas macroeconômicos, via de regra, semelhantes, que visam garantir a contínua importação de bens de luxo, e conseqüentemente, torna exequível a inserção de novas tecnologias no processo de urbanização das grandes cidades.⁸

Com justificativa de se acelerar o projeto de urbanização das principais cidades brasileiras na era republicana destacamos: abertura de avenidas, introdução de serviços públicos como bondes, construção de prédios públicos, iluminação elétrica, modernização de portos, construção de ferrovias dentre várias outras realizações. Mas não podemos perder de vista a necessidade de conciliação de interesses entre os grupos dominantes urbanos e o grande capital financeiro internacional que permitiu o financiamento dessas reformas urbanas nos maiores centros urbanos brasileiros, e sedimentou a modernização segundo os padrões da *Belle Époque*, tendo como ponto de partida a capital federal Rio de Janeiro (SAES, 2010: 23-25).

No caso específico da Bahia, ao final do período imperial, já identificamos indícios de acontecimentos que desencadeariam em um processo de crise de hegemonia, principalmente, após a ascensão do regime republicano.⁹ O que nos leva ter que analisar

⁸ Destacamos que essa mudança estrutural não nega a existência de conflitos intra-classes como os debates parlamentares atestam durante a construção de políticas locais – como a reivindicação por políticas protecionistas na Bahia liderado pela Associação Comercial da Bahia - ou como a política de valorização do café em São Paulo. Contudo, o que sugerimos neste estudo é defender a presença da EPBA como representante do projeto das frações urbanas em ascensão na capital baiana, em aliança com os velhos grupos ligados a agroexportação, que vai para além da conhecida “política dos governadores”, o pacto político de Campos Sales. Entretanto, entendemos que é por esta aliança que se estabelece frente a questões materiais, de manutenção de uma política pública alicerçada no projeto de modernização da sociedade baiana, materializado por outros projetos de modernização – Rio de Janeiro e São Paulo principalmente - das cidades brasileiras. Portanto, o pano de fundo vai para a ideologia de preparar o Brasil para a inserção e consolidação ao “grande capital”.

⁹ Cf: BARBOSA, Emiliano Côrtes. Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação na Bahia republicana 1896-1920. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 2010, Capítulo II.

os conflitos entre as velhas frações ligadas aos latifúndios escravistas e a agroexportação, com os novos grupos em ascensão ligados as atividades comerciais e urbanas. Informamos que a economia baiana a partir da segunda metade do século XIX beirava à estagnação e em uma assistida decadência. Para justificar este processo, convém destacarmos alguns fatores: a queda das exportações do principal produto da pauta da Província, o açúcar, muito pela concorrência internacional e por práticas rudimentares na produção; soma-se ainda o empobrecimento relativo da região frente às províncias do centro-sul; e os efeitos da extinção do tráfico negreiro em 1850.

Desencadeando um processo de redirecionando do capital antes investido no comércio de escravos, para novas atividades comerciais.¹⁰ Por essas mudanças nas atividades econômicas, ainda assim, a Bahia conseguiu ensaiar uma importante fase de introdução de inovações e formação de companhias de caráter urbano-industrial.¹¹

Diante desta nova realidade, há uma necessidade de redistribuição do capital na Bahia, o que acabou por fortalecer ainda mais as frações de classe ligadas às atividades “agromercantis”, levando esses agentes a conquistar espaços de poder e representatividade na sociedade civil e sociedade política, como um todo e, conseqüentemente, nas instâncias financeiras.¹²

Assim, os limites da agricultura no Recôncavo, como a falta de investimento, a carência de novas tecnologias, e uma prática rudimentar no lidar com o solo, e até mesmo a concorrência com outros produtores e outras culturas, fez com que os velhos latifundiários tivessem que recorrer cada vez mais aos comerciantes de Salvador para empréstimos. Em meio a esta situação, um grupo seleto de grandes proprietários, com ligações estreita junto ao Imperador D. Pedro II, investiu-se na estratégia de se criar o Imperial Instituto Baiano de Agricultura – IIBA, com o fim de criar uma escola de formação qualificada. No entanto, entendemos que a criação do Instituto (IIBA, 1859) e de sua escola – Escola Agrícola da Bahia (EAB, 1877) - tinha como tática, criar e

¹⁰ Com a entrada da Bahia no regime republicano, já era pauta dos grandes comerciantes a prática do “alto comércio”. Prática comercial ligada à importação e exportação de variados produtos, via de regra, manufaturados locais. Cf: (SANTOS, 1989).

¹¹ Dentre essas atividades industriais desenvolvidas destacamos algumas fábricas ligadas à cultura fumageira e fabricação de tecidos em diversas regiões de Salvador. Cf: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

¹² Lembramos que parte desta nova “fração de classe” era composta por “ex-traficantes de escravos”, que a partir da proibição do tráfico negreiro passaram a reinvestir seus capitais acumulados em outras atividades econômicas. Cf: MATTOSO, 1978.

reproduzir espaços privilegiados para que esse conjunto de agentes se constituíssem, se organizassem organicamente em prol da reafirmação de seu projeto ideológico, já que as tradicionais frações se encontravam em acentuada decadência. Em contrapartida, com a expansão e complexificação da sociedade civil brasileira ao final do Império, alguns grupos já não conseguem desenvolver e discernir seus projetos – principalmente as frações tradicionais -, seja pela perda de organicidade, causados em parte, pela decadência econômica, que conseqüentemente desencadeia perda de representatividade na sociedade política.

Portanto, mesmo com a criação do IIBA e sua escola, vários agentes ligados ao comércio foram, aos poucos, encampar as listas de associados e se tornarem seus principais contribuintes, mesmo que os grandes fazendeiros ainda ditassem as regras (TOURINHO, 1981: 56-96). Só a presença de comerciantes nos quadros do IIBA já fornece indícios de conflitos intra-classes, pois estamos falando de frações de classes de interesses distintos. Neste sentido, temos um grupo representando as velhas estruturas, principalmente, no que diz respeito a lutar para manter o tradicional modelo latifundiário escravista; e outro grupo composto por uma nova fração em expansão, reproduzindo a nova ordem capitalista, preocupado em criar uma cultura de consumo, sintonizado ao cotidiano urbano. Sendo assim, esses grupos deram a solda necessária para que os interesses de uns se conjugassem aos interesses dos outros – direcionava o projeto político e ideológico traçando assim uma tentativa de reconfiguração social na sociedade baiana. A aliança orgânica dessas frações possuía um papel importante na manutenção e expansão dos seus interesses econômicos pela própria condução dos negócios políticos e administrativos até os últimos dias da Província no findo Estado Imperial.¹³

Logo, atuação conjunta de interesses dessas frações - principalmente as frações ligadas às atividades urbanas - faz com que as atividades desses agentes referendassem essa ideologia “civilizatória” e de “progresso”, baseada na edificação de um Estado “moderno” nos moldes do novo capitalismo internacional.¹⁴ A estratégia das frações

¹³ Dentro da historiografia há consenso em se caracterizar a classe dominante nesse período, é certo que a hegemonia pertencia às frações proprietárias de terras e de escravos, mais especificamente da região do recôncavo, que se fizeram em comunhão com o aparato estatal.

¹⁴ Apontamos que esse processo conjunto entre agências privadas e administração estatal, será de fato efetivado na Bahia após 1912, quando JJ. Seabra consegue o consenso dentro das instâncias sociais baianas. Neste ínterim Seabra a EPBA como um de seus principais aliados.

conservadoras em aliança com os grandes comerciantes com o fim de conquistar representação no “campo científico” por meio de agentes intelectuais, numa tentativa de cooptar grupos privados na busca de impor seus projetos na formulação de políticas estatais, tendo em vista a conquista de hegemonia, é no mínimo simplificar toda estrutura de uma dada sociedade. A criação de uma instituição de ensino, não foi uma ação suficiente para dar conta de uma mudança tão complexa, como é de um grupo social sobrepor a outro conquistando à hegemonia. Em nossa opinião, a conquista de um dado “campo científico” num processo de correlação de forças intra-classe seria uma das etapas e não a única.

Pensando nas ponderações teórico-metodológicas gramscianas de “Estado ampliado”, ou seja, Estado como relação social, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos, organizados a partir da sociedade civil, nos remete a pensar de como é sinuoso e complexo um projeto de construção hegemônica. Mesmo essas frações conseguindo um pouco de organicidade por meio de um “campo científico”, não foram capazes de impor seus projetos, conquistar consenso e instituir sua hegemonia no estado baiano. É só perceber que o IIBA e sua escola, após o início do regime republicano, viram seus interesses serem suprimidos e superados. O IIBA foi suprimido e a EAB foi renomeado como Instituto Agrícola da Bahia – IBA em 1905, transformando-se em escola médio-prática, agora sob a tutela do governo estadual, sob a gerência da Secretária de Agricultura da Bahia – SEAGRIBA.¹⁵ Ainda que transformada em escola técnica, a instituição por pressão de agentes ligados a sociedade civil e sociedade política, já em sintonia com outros projetos, fecha suas portas em 1910.

2 - Escola *Polytechnica* da Bahia: um projeto “contra-hegemônico”

Após termos tratado da configuração do cenário econômico-social na Bahia nas últimas décadas do regime imperial, dedicar-nos-emos, a partir de agora, ao desenvolvimento experimentado nas décadas iniciais da Primeira República.

¹⁵ Informamos que apesar da EAB ter sido administrada pelo IIBA até os primeiros anos da República, a instituição praticamente sobreviveu sob subsídios públicos, já que os sócios do IIBA, não contribuíam continuamente com as mensalidades do Instituto. O que justifica as constantes subvenções para a EAB. Existiam também, as relações de proximidade dos dirigentes do Instituto com o governo central, facilitando em alguns momentos as verbas oficiais. Após a entrada do Regime Republicano o estado oficializa a estatização da escola, e remodela o seu ensino para formação técnica.

Advertimos, no entanto, que não estamos deixando de enfatizar o processo de crise hegemônica que já se vislumbrava nos últimos anos do Império, mas apenas fornecendo mais referências que possam ser empregadas para uma melhor compreensão da dinâmica em funcionamento.

Ao optarmos pela noção de Estado Ampliado de matriz gramsciana “que envolve a correlação dialética entre sociedade civil e sociedade política, toma como perspectiva de estudo as ações de frações de classe construídas através da sociedade civil” (MARINHO, 2008:21). Entretanto, nossas reflexões por este viés teórico-metodológico, buscamos identificar como determinadas divisões e setores de uma dada sociedade, que não alçaram representatividade na sociedade política, chegaram a influenciar na tomada de decisões governamentais. Evidentemente, estamos preocupados em demonstrar de que maneira como essas mesmas pressões de grupos dominados repercutiam na sociedade política baiana.

Dito isto, compreendemos que um determinado “bloco no poder” tem que optar, em algum momento, pela negociação, com outros agentes e agências, o que evidencia a existência do que podemos chamar: “ferramenta de legitimação das decisões”.¹⁶ Ao aprofundar o estudo do processo de representatividade política, porque não dizer, ideológica, nos conduz a saídas para outros questionamentos: qual a tática de quando e como, e os artifícios para se gerar e manter as representações de cunho político; e quais seriam os procedimentos que o levam e se garantir a adesão. Percebemos que o fio condutor para revelar nossas ponderações está na capacidade de uma dada fração de classe se fazer construir e representar como classe e se impor como posição de classe, tornando-a assim representativa da sociedade em sentido ampliando.

Retomando ao ponto inicial do nosso estudo que se relaciona diretamente com a Escola Politécnica da Bahia – EPBA e a Bahia Republicana. Ao investigar quem são os

¹⁶ Quando uma determinada fração de classe dominante não consegue de alguma maneira se articular para suprimir diferentes grupos que almejam alcançar hegemonia, optam por uma estratégia de cooptação e/ou negociação com outros projetos de visão de mundo, como seus, onde esses projetos são pertencentes em parte ao próprio bloco no poder, e as outras frações que pressionam para alcançar representatividade. No entanto, a estratégia exercida pelo grupo dominante, que neste momento pode se encontrar em uma situação economicamente menos vantajosa, mas, ainda detém, portanto, lastro para se manterem organicamente nos aparelhos representativos. Em alguns casos o grupo que representa o “bloco no poder” não consegue manter no controle dos aparelhos representativos, passando assim o grupo concorrente a ditar as regras do jogo. Essa dinâmica de se negociar para não se enfraquecer nas instâncias do poder do Estado é o que chamamos de ferramenta de legitimação de decisões.

participantes das relações sociais na sociedade baiana neste momento histórico, buscamos compreender os grupos que ocupam e orientam as ações do Estado, quais os conflitos entre interesses de grupos distintos, quem se ampara na fração hegemônica e quem se encontra em divergência junto a ela.

Nosso objeto de estudo, a EPBA, nos leva a um estudo de caso, aqui uma instituição que ascendeu dentro de um novo projeto ideológico. Em outras palavras, estamos diante de um projeto “contra-hegemônico” que, meio da ação de seus agentes e as frações – principalmente as médio-urbanas - ligadas a ela, de seus intelectuais, passaram a dominar e organizar os espaços na sociedade civil e a partir daí, dar os limites para então ocupar as agências oficiais do estado baiano. Informamos que esses grupos presentes, dentro de um processo de crise de hegemonia, atuavam gradativamente e consolidaram sua ascensão na passagem do século XIX para XX. O ciclo deste processo se conclui em meados de 1912, quando a partir deste momento histórico, ocorre à implantação de fato do projeto ideológico difundido pela instituição formadora de engenheiros e seus intelectuais dirigentes, projeto este que vai nortear os rumos da Bahia durante algumas décadas. O que nos possibilitou analisar e investigar os novos grupos profissionais, os comerciantes sintonizados aos novos projetos urbanos e também os tradicionais proprietários, agora na posição de ter que negociar ou mesmo aderir ao novo *status quo* em ascendência; foi à organicidade de seus interesses mediante os seus aparelhos privados de hegemonia. Entretanto, a pressão por sua inscrição frente a determinados organismos do poder, possibilitou a abertura de um caminho variante e significativo nas correlações de forças meio a ascensão de um novo grupo - médio-urbanos - que encontra na EPBA meio de se reproduzir e ocupar estrategicamente posições de destaque num momento de crise hegemônica.

Mediante a essa convergência de interesses, foi criado, em 1897, por meio do intelectual orgânico Arlindo Coelho Fragoso, a primeira escola oficial de engenheiros da Bahia – EPBA. A escola foi criada pelo Instituto Politécnico da Bahia - IPBA, agência no qual administrava e mantinha a escola de engenheiros dos baianos. No entanto, nascido da iniciativa de agentes particulares amalgamados junto à sociedade civil, com intuito de articular engenheiros, comerciantes sintonizados a nova ordem do capital e até mesmo velhos proprietários aderentes de ultima hora, marcando, naquele contexto, um momento de inflexão particular: dar força na tentativa de levar a Bahia à

nova ordem capitalista, ou seja, preparar principalmente a capital baiana para o projeto modernizador e então, dar passagem ao “grande capital” (SAES, 2010).

Os fatores que desencadearam a criação da EPBA se iniciam após a saída do ex-professor catedrático de Mecânica Aplicada da EAB, Arlindo Coelho Fragoso. Mas perguntamos: Quem é Arlindo Coelho Fragoso? Ao fazermos o levantamento de suas ações junto à sociedade civil e sociedade política, chegamos à conclusão que se trata de uns dos intelectuais mais influentes da Primeira República na Bahia. Sua ação e atuação junto aos agentes sociais se faziam de forma habilidosa e diplomática. Arlindo transitava com facilidade por vários núcleos sociais, e gradativamente foi adquirindo um respeitável “capital político”, durante toda sua trajetória no núcleo da sociedade civil baiana e também por sua vida pública. Fragoso formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro – EPRJ em 1885. Ao se graduar retorna a Bahia e inicia sua vida acadêmica ao ingressar como catedrático da - EAB (DIAS, 2002). Sua vida política se iniciou ao assumir a intendência - prefeitura – de sua cidade natal Santo Amaro em 1892, já na era republicana. Logo em seguida é convidado pelo governador Rodrigues Lima (1892- 1896) para organizar e remodelar nos parâmetros republicanos a Secretária da Agricultura da Bahia – SEAGRIBA e assumir o cargo de secretário. No governo seguinte do Conselheiro Luiz Viana (1896-1900), continuou como um dos organizadores da mesma pasta, agora como Diretor, quando organizou e liderou um grupo de engenheiros e fundou o Instituto Politécnico da Bahia - IPBA e logo em seguida a EPBA, dos quais ocupou a primeira presidência (1896-1899) e a primeira diretoria (1897-1907), além de primeiro catedrático de mecânica aplicada (1897-1926). Após a administração de Luiz Viana (1896 -1900), Arlindo se dedicou a dar organicidade a EPBA, para tanto, convidou seu contemporâneo e colega de graduação na escola do Rio de Janeiro, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, para ocupar a cadeira de Catedrático. A proximidade de Fragoso com o Calmon lhe redeu bons frutos políticos, seja de cunho pessoal, que anos mais tarde se concretiza, posto que, em 1907, Calmon ao assumir a pasta do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas convida Arlindo para lhe auxiliar nos ofícios políticos e administrativos da pasta. Já para a EPBA a presença de Calmon no quadro docente poderia se traduzir em ganho de capital político para a instituição, já que Miguel Calmon ocupou a pasta da SEAGRIBA de 1900 a 1906.

No entanto, para a escola esse possível capital político não se concretizou em benesses, pelo contrário, os anos da administração de Severino Vieira (1901 – 1904) no qual, Calmon foi secretário, foram os mais difíceis para a instituição de Fragozo, tanto que se cogitou até o fechamento da escola por corte de subvenções pelo chefe do executivo estadual. Situação criada pelo fato de Arlindo ser partidário do agora ex-governado Luiz Viana, um velho representante das tradicionais frações latifundiárias, mas um agente em sintonia com os novos tempos, o que podemos afirmar de um perfil mais progressista. Entretanto, Arlindo como hábil homem no trato com a política sabia dos possíveis ganhos e perdas dentro de uma arena de correlações de forças intra-classe e posteriormente suas consequências política, ainda mais no curso de um processo de crise hegemônica. Os anos difíceis do governo Severino, levaram Fragozo a se dedicar exclusivamente a escola, dando organicidade e consenso, e difundindo seu discurso principalmente junto ao corpo discente (BARBOSA, 2010). Arlindo tinha a instituição como uma plataforma política e ideológica, e o suposto eventual fechamento da instituição poderia causar talvez a supressão dos ideais de seu grupo social.

Creemos que o projeto de Arlindo em criar uma instituição de ensino formadora de engenheiros parte desde seus anos na EAB, quando ainda era catedrático da escola imperial formadora de agrônomos. Logo, a partir de 1893, o catedrático iniciou uma série de artigos criticando a estrutura da escola e sua localização geográfica (BARBOSA, 2010:62-107). Os artigos escritos pelo professor Fragozo traduzem a sua sintonia com a nova ordem do capital e transita em um discurso nem de aclamação da instituição, e nem de condenação generalizada. O que Arlindo pregava era a modernização do modelo, principalmente, no sentido de torná-la prática em detrimento de uma linha mais teórica. Arlindo também defendeu a transferência da instituição para Salvador e a sua estatização pelo governo estadual. Assim diz Fragozo:

(...) a Escola Agrícola da Bahia, por sua criação e manutenção, é obra dos poderes públicos do país, e não da iniciativa particular de alguns de seus filhos. Invertidos os papeis, tal o facto, o governo creou, manteve e está mantendo a Escola Agrícola da Bahia; e o Instituto, que perante o derradeiro Imperador copromettera seus esforços de toda a ordem ao sucesso do nobre empreendimento, se limitou, por uma minoria de dedicados a quem a sorte reservou todas as amarguras do desalento, ante as dificuldades com que, perennemente, sitiou-a a maioria dos indiferentes, a auxiliar a acção do poder publico, administrando, antes que custeando, nas phases todas de sua existência, a bella instituição (FRAGOSO, 1893: 125-126). (grifos nossos)

Ainda,

Ignorancia, má intuição ou ardil, não o sabemos bem, a celebre e incansável minoria dos reactores tem insinuado à opinião – ser uma lembrança original, extravagante, disparatada, a que, acudindo à provada necessidade da remoção da Escola Agrícola, de S. Bento das Lages, indica, para transferência d’ella, um dos suburbios d’esta capital (FRAGOSO, 1893: 67). (grifos nossos)

Os fragmentos de textos selecionados traduzem uma verdadeira estampa do cotidiano do estabelecimento de ensino e a situação de penúria da escola. Logo, Arlindo já percebendo a perda de capital político das tradicionais frações de controlavam a EAB, e enxergando a possível instalação de um processo de crise ideológica, pós *Antigo Regime*, passou a criticar os velhos agentes diretamente, e os identifica como temerosos reacionários as mudança de *status quo*, como segue:

A mudança, em que pese ao desespero reaccionario dos cabalistas do statu quo, cujos zelos rançosos de caturras se alarmam em espumeas iras, ameaçadoras e ridículas, sempre que a opinião independente se lembra de aventurar, em publico, a perigosa idéa, é, precisamente, indisputavelmente, um dos complementos mais indispensáveis, essencial, deve-se dizer-lo, ao êxito da reforma que comnosco pretendem, para a Escola Agrícola da Bahia, quantos, patrioticamente, se interessam pelo seu alevantamento, pelo seu bom nome e pelo seu futuro (FRAGOSO, 1893: 51-52). (grifos nossos)

Pelos textos de Fragoso, podemos afirmar que as tradicionais frações são chamadas para o *front* intra-classe¹⁷, e que o professor de mecânica é representante de um novo projeto de visão de mundo, que já vem sendo percebido pelo Estado brasileiro: o projeto de “modernizar” e “civilizar” para o grande capital. Fragoso também criticava a formação de agrônomos na escola imperial, argumento que seu ensino era limitado e desnecessário, carecendo, portanto, de uma reforma;

Não ha que contestar: conservado ou não o ensino superior, o ensino agrônômico theorico da Escola Agrícola precisa ter orientação nova. Reorganizado e aperfeiçoado, si aos dos expedientes escapar incolume a organização dada áquella escola de instituto superior de agricultura. Substituído e limitado, mas em todo o caso bem ordenado, si prevalecer a Idea por muitos sustentada, que sem maiores attritos pode co-existir com a que antes enumeramos, de preparar somente a Escola peritos agrícolas, e não agrônomos. (FRAGOSO, 1893: 25).(grifos nosso)

Fica, contudo, evidente a intenção de Arlindo em reformar a EAB, para um ensino prático, ou seja, formar técnicos no ofício com a terra e, ao mesmo tempo

¹⁷ Lembramos que Arlindo vem de família média proprietária da região do recôncavo, mas, seus discursos vão de encontro às pretensões das frações médias urbanas de Salvador de chegarem ao “bloco no poder” do estado.

enfraquecer a instituição como formadora e reprodutora das frações conservadoras, já que o público alvo da EAB era graduar os filhos dos tradicionais latifundiários. A opção pela agronomia seria uma estratégia de obter o título de doutor e ao mesmo tempo se manter no bloco do poder, ditando as regras do jogo. A mudança da EAB para uma escola prática viria carregada de um enfraquecimento de seu “capital simbólico”, vendo que a formação em prático agrícola não daria o *status* necessário para uma manutenção de organicidade no interior da sociedade civil, e também a consequente perda de debilidade na sociedade política, ou seja, uma tendência a diminuição de representatividade. E isso era tudo que as frações conservadoras temiam.

O esforço de Arlindo em enfraquecer a EAB não findou apenas com seus artigos publicados no periódico *Jornal de Notícias*, quando já ocupava o cargo de Diretor da SEAGRIBA, o catedrático continuou delegando críticas a instituição, mas agora com uma nova orientação: a junção da escola imperial com a recém criada EPBA. Como não poderia ser diferente, instituição, no qual, o próprio Fragoso criou e administrava. Assim Arlindo escreveu no Boletim Oficial da SEAGRIBA:

*Sucedendo agora, a retirada pelo Congresso Federal, em seu orçamento para o ano de 1897, da subvenção dada ao Instituto Bahiano de Agricultura, é urgente que o Estado, de acordo com a sua Diretoria, **promova a reforma da Escola Agrícola, preferindo fazer a fusão dela com a Escola Politécnica da Bahia**, onde o ensino da agronomia vai instituir-se com preciso desenvolvimento.*

Sem isso a Escola Agrícola correrá o risco de ter fechadas as suas portas, desde que ao Congresso do Estado não é lícito aumentar a subvenção liberalizada a uma instituição, que nenhuns resultados há produzido até agora, não sobrando ao Instituto Bahiano de Agricultura recursos para mantê-la sem os auxílios que lhe dava o governo federal.¹⁸ (grifos nosso)

Portanto, fica evidente a estratégia de Fragoso em trazer para o controle do seu grupo, esse precioso aparelho privado pertencente às frações tradicionais, mas a solicitação não se concretizou por completo, apesar do poder que Fragoso e seus partidários já dispunham no período.¹⁹ O que ocorreu foi à reforma e a transformação da

¹⁸ FRAGOSO, Arlindo Coelho, Boletim da SEAGRIBA, 1897, p.141, *apud* Araujo, Nilton de Almeida, *PIONEIRISMO E HEGEMONIA: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de Doutorado. UFF: Niterói, 2010. p. 134.

¹⁹ A aprovação da possível transferência do Instituto Agrícola da Bahia para o controle da EPBA, não se concretizou pela negativa dada pela Câmara Legislativa Estadual. Fato concretizado muito pelo corporativismo ainda resistente dos grandes proprietários tradicionais, que ocupavam a maior parte das cadeiras de Deputados.

EAB em uma escola prática a partir de 1905, dentro de uma disputa intra-classe; vitória para as frações que Arlindo representava.

Como destacamos em parágrafos anteriores Arlindo trás uma formação intelectual adquirida na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Logo, o catedrático vivenciou e adquiriu e interiorizou todo o conjunto de ideias advindas de novo projeto de visão de mundo, ao retornar a Bahia, Fragoso traz para a prática certo estilo de agir e pensar – *habitus*. Logo, investido também de um dado capital cultural, o que lhe abre as portas para liderar, organizar e construir consenso para as frações de classe – médio-urbanas - com ambições de se tornar hegemônica.

O grupo liderado por Arlindo traz intelectuais que compartilhavam uma mesma visão de mundo, entretanto, ao conseguir reunir esses agentes com o objetivo de criar uma instituição de ensino para formação de engenheiros, é natural que esta mesma instituição também passe a reproduzir as frações nelas vinculadas. Então, em 1896 com o apoio incondicional do governador Luiz Viana e da SEAGRIBA, agência na qual Fragoso ocupava o cargo de Diretor, é criado o Instituto Politécnico da Bahia, agência vinculada junto à sociedade civil que um ano após institui tornar-se-á a Escola Politécnica da Bahia. Uma escola que foi ocupada pelas frações médio-urbanas ao longo de suas primeiras décadas (BARBOSA, 2010: 61-107).

À guisa de conclusão

O grupo de engenheiros liderados por Fragoso se graduaram em um período onde a sociedade civil da capital do Império se complexifica e as alianças entre as classes tradicionais e os novos grupos sociais em ascensão ocorrem a todo o momento, principalmente, as frações vinculadas aos engenheiros da politécnica do Rio de Janeiro. Portanto, com a criação do Clube de Engenharia, a propagação do ideário “modernizar” e “civilizar” para preparar o país para o “grande capital” se tornou a bandeira dos principais grupos médio-urbanos, no país.

Por esses agentes terem vínculos precedentes junto às famílias ligadas a terra, não é por acaso, que o portal de entrada desses agentes foi a SEAGRIBA, agora no regime republicano, e com uma nova orientação organizada por Arlindo Fragoso. Lembramos que o domínio dos diplomados no Rio de Janeiro no primeiro escalão da

pasta da agricultura baiana nas duas primeiras décadas republicanas foi inquestionável. Dos primeiros titulares da pasta da agricultura da era republicana, Arlindo Fragoso, José Antônio Costa, José Rodrigues Saldanha, Miguel Calmon e Frederico Pontes, todos foram diplomados pela EPRJ. E todos se encontravam instalados no corpo docente da EPBA ou em alguma comissão no IPBA. A privilegiada posição política dos professores da EPBA levou-os a ocupar por doze anos o cargo de Secretário de Agricultura, ou alguma diretoria estratégica na pasta. Afirmamos, contudo, que a SEAGRIBA, foi um dos principais palcos desta coexistência conflituosa com as frações tradicionais. Os graduados pela EPRJ, e os agentes vinculados a seus projetos, fizeram da EAB e SEAGRIBA, uma arena de disputa intra-classe, objetivando gradativamente ocupar seus espaços de representação no aparato estatal.

Portanto, as disputas ocorrem até 1912, quando Fragoso, agora aliado de JJ Seabra ascende ao poder e o convida para ocupar a principal pasta da administração seabrista. Inicia-se então a escalada para a implementação do projeto modernizador. No entanto, uma discussão mais ampla sobre a chegada do grupo de Fragoso no poder, ultrapassaria as balizas propostas deste ensaio, sendo assim, fica uma abordagem mais abrangente para um próximo trabalho.

Bibliografia

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *PIONEIRISMO E HEGEMONIA: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de Doutorado. UFF: Niterói, 2010.

BARBOSA, Emiliano Côrtes. *Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação na Bahia republicana 1896-1920*. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil. 2004.

FRAGOSO, Arlindo. *Escola Agrícola da Bahia*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1893.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: “Maquiavel. Notas sobre o estado e a política”. Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese de Doutorado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed Vício de Leitura, 1998.

_____. *Estado, violência Simbólica e metaforização da cidadania*. Revista Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. V1, EDUFF, Niterói, RJ, 1996.

_____. *Estado e Sociedade* in: Mattos, Marcelo Badaró (org), Rio de Janeiro, História: Pensar e saber, Laboratório Dimensões da História, 1998.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.

PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898 – 1927)*. Bauru, SP: Edusc, 2010.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um grupo de Pressão*. Salvador: Bahia, 1989.

TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982.